



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 013/2015

I - REGÊNCIA LEGAL: Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, bem como pelos decretos municipais nº 162/2005 e nº 103/2006, e pelas disposições contidas neste Edital.

II - ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 101/2015

IV - MODALIDADE E NÚMERO DE ORDEM: PREGÃO Nº 006/2015 - ELETRÔNICO

V - TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Item, através do Sistema de Registro de Preços.

VI - DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Site www.saovicentedosul.rs.gov.br link editais de licitação, Site www.cidadecompras.com.br e no Setor de Compras e Licitações na Rua General João Antonio nº 1305 Sala 210 bairro Centro na cidade de São Vicente do Sul - RS.

VII - FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO: Registro de preços para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.

VIII - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

IX - DATA, HORÁRIO e LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 13/03/2015;

Horário: 09:00 horas (horário de Brasília);

Local: site www.cidadecompras.com.br

X - HORÁRIO E LOCAL, PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL:

Horário: 9 às 14 horas;

Local: Rua General João Antonio nº 1305 - São Vicente do Sul RS CEP: 97420-000;

Telefone: (55) 3257.2897;

E-mail: licitacao@saovicentedosul.rs.gov.br





XII - ÍNDICE DO EDITAL

1. Data, horário e local para abertura da licitação (página 3);
 2. Do objeto (página 3);
 3. Das condições para participação (página 4);
 4. Do credenciamento (página 4);
 5. Do envio da proposta (páginas 4 e 5);
 6. Da abertura da sessão e da formulação dos lances (páginas 5 e 6);
 7. Do julgamento e aceitação das propostas (páginas 6 e 7);
 8. Da habilitação (páginas 7 à 9);
 9. Da homologação da licitação (página 9);
 10. Do pedido de esclarecimentos e da impugnação do edital (página 9);
 11. Dos recursos administrativos (página 9);
 12. Da conexão com o sistema (páginas 9 e 10);
 13. Da formalização e da vigência (página 10);
 14. Dos recursos orçamentários (página 10);
 15. Das condições de fornecimento (páginas 10 à 13);
 16. Dos direitos e das obrigações (página 13);
 17. Das penalidades (páginas 13 e 14);
 18. Do pagamento (página 14);
 19. Do cancelamento da ata de registro de preços (páginas 14 e 15);
 20. Da fiscalização (página 15);
 20. Da rescisão do contrato (página 15);
 21. Das disposições gerais (páginas 15 e 16);
 22. Dos casos fortuitos ou de força maior (páginas 16 e 17);
 23. São partes integrantes deste edital os anexos (página 17);
 24. Do foro (página 17);
- Anexos (páginas 18 à 34).

XIII - PUBLICAÇÕES:

Mural da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul em ____/____/2015;
Jornal Expresso em ____/____/2015;
Jornal Cidades em ____/____/2015;
Site www.saovicentadosul.rs.gov.br em ____/____/2015;
Site www.cidadecompras.com.br em ____/____/2015.

Renato Severo Elesbão
Diretor Geral do Setor de Compras
Portaria nº 041/2013





**SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**“EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS.”**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, localizada na Rua Gen. João Antônio nº 1305 em São Vicente do Sul - RS, inscrita no CNPJ 87.572.079/0001-03, através de seu Prefeito Municipal, Senhor FERNANDO DA ROSA PAHIM, torna público para conhecimento dos interessados, que seu pregoeiro, Sr. Élio Vlademir Heman Cezar, designado pelo Decreto Municipal nº 003/2015, realizará Licitação na modalidade PREGÃO, Menor Preço por Item, para Registro de Preços para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, com entrega parcelada, de acordo com o que prescreve a lei 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e em conformidade com o decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, bem como pelos decretos municipais nº 162/2005 e nº 103/2006, assim como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

DATA: 13/03/2015

HORÁRIO: 09 horas (horário de Brasília)

LOCAL: [site www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

1.1. A presente licitação visa o registro, em ata, dos preços dos itens licitados, nas quantidades expressas no anexo I, do presente Edital.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, com entrega parcelada, conforme especificações constantes no Anexo I do presente edital, selecionando dentre os participantes a proposta considerada mais vantajosa, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital;

2.2. A quantidade do objeto licitado indicado no Anexo I do presente edital, refere-se ao consumo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a licitante vencedora compromete-se a fornecer os produtos de forma parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda do Município.

2.3. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e do art. 5º do Decreto Municipal nº 103/2006, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.





3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A licitante deverá estar cadastrada e homologada no Sítio www.cidadecompras.com.br, na forma da Lei;

3.2. Empresas que atendam as condições estabelecidas no presente edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório de Notas e Ofício, ou por servidor integrante da equipe de Pregão da Entidade Licitante, à vista dos originais;

3.3. Para participar do presente certame licitatório a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, e de interessados que se encontre sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos, com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e da senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio: www.cidadecompras.com.br;

4.2. O credenciamento da Licitante dependerá de registro atualizado, bem como a sua manutenção, no Sistema de Cadastramento no sítio: www.cidadecompras.com.br;

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico;

4.5. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que pretender utilizar-se dos benefícios previstos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão estar previamente cadastradas em campo específico, no sítio www.cidadecompras.com.br.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O encaminhamento da proposta de preços dar-se-á pela utilização de senha privativa da licitante, a partir da publicação do edital, até as **09 (nove) horas** (horário de Brasília) do dia **13/03/2015**, exclusivamente, por meio de sistema eletrônico;





5.1.1. O valor máximo a ser pago pelo município esta indicado no Termo de Referência Anexo I do presente edital. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

5.2. A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.3. A licitante poderá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A partir das **09 (nove) horas** do dia **13/03/2015** terá início a sessão pública na forma eletrônica do Pregão nº 006/2015, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº. 5.450, publicado no Diário Oficial da União de 01-06-2005;

6.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance;

6.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, pelo sistema, o recebimento dos lances e o valor consignado no registro;

6.3.1. Os lances com no máximo 02 (dois) dígitos após a vírgula, deverão ser ofertados para o valor unitário de cada item;

6.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

6.5. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;

6.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante;

6.8. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos aos atos realizados;





6.9. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão do prego eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes;

6.10. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, a critério do pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

6.11. Nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte igual ou até 05% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da forma descrita abaixo:

6.11.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será Adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

6.11.2. O Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 05 (cinco) minutos sob pena de decair o direito concedido;

6.11.3. Não sendo vencedora a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o Sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no caput desta condição, o Sistema fará um sorteio eletrônico, definitivo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate;

6.11.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor à proposta originalmente vencedora do certame;

6.12. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Após a negociação, caso o menor preço ofertado seja superior ao máximo admitido pelo presente registro, conforme consta no Termo de Referência Anexo I do presente edital, o mesmo não será aceito;

7.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação, respeitado o estabelecido no subitem 7.1 deste edital;





7.3. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item, observados as especificações constantes no Termo de Referência Anexo I do presente edital de Pregão;

7.4. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda as especificações deste edital;

7.5. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto no item 8 deste Edital;

7.6. A indicação do lance da vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão na ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A licitante, detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá encerrar a etapa de lances, apresentar os documentos a que se referem os Subitens 8.1.1. a 8.1.7 deste Edital, através do fax nº. (55) 3257-2897, ou pelo e-mail licitacao@saovicentedosul.rs.gov.br, em um prazo máximo de 02(duas) horas após solicitação do pregoeiro. Os documentos enviados via fax e/ou e-mail, deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do encerramento da sessão de lances;

8.1.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital;

8.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.3. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- c) Certidão Negativa de Débito do INSS;
- d) Certidão Negativa de Débito do FGTS;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- g) Prova de Regularidade com a Receita Federal e União.





8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação.
- b) Cópia Autenticada do Alvará de Saúde da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual do estabelecimento;
- c). Para Indústrias e Agroindústrias que fabriquem alimentos de origem animal (carne, leite, ovos, e outros), apresentar Alvará Sanitário atualizado (Cópia Autenticada do SIF - Serviço de Inspeção Federal, ou Cópia Autenticada do CISPOA - Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, ou Cópia Autenticada do SIM - Serviço de Inspeção Municipal, conforme Decreto Estadual nº 23.430 de 24 de outubro de 1974 art. 872 letra “a” e Lei Federal nº 6.437 de 20 de agosto de 1977 art. 10º inciso I;
- c.1.) A Cópia Autenticada do SIM - Serviço de Inspeção Municipal, será válida somente para os licitantes do Município de São Vicente do Sul).

8.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{AC}{PC} = \text{igual ou superior a } 1,00$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \text{igual ou superior a } 1,00$$

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL: } \frac{AC + ARLP + AT}{PC + PELP} = \text{igual ou superior a } 1,00$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

Observação 1: A licitante que apresentar em seu Balanço resultados inferiores aos índices apresentados no item 8.1.5. letra “a”, deverá possuir patrimônio Líquido no mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do total estimado para os itens que correspondem à sua proposta.

Observação 2: Os índices apresentados no item 8.1.5. Letra “a”, somente serão considerados para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

- b) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não anterior a (30) trinta dias da realização da licitação.

8.1.6. REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.





8.1.7. DA MICROEMPRESA E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a) A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar ainda, a DECLARAÇÃO FIRMADA POR CONTADOR, DE QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme modelo no ANEXO IV deste edital.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

9.1. O prazo da homologação da presente licitação será no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir da data da adjudicação da presente licitação.

10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Até três (03) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar, ao pregoeiro, esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: licitacao@saovicedosul.rs.gov.br;

10.2. Até dois (02) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Pregão;

10.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas;

10.4. Acolhida a petição contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três (03) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

11.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA CONEXÃO COM O SISTEMA

12.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, incumbindo-lhe acompanhar as operações durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;





12.2. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

13. DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA

13.1. A Ata de Registro de Preços será formalizada pela Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul e pela(s) licitante(s) vencedora(s), da seguinte forma:

13.1.1. De forma eletrônica através do sítio www.cidadecompras.com.br;

13.1.2. De forma manual após esgotado todos os prazos recursais, a Administração convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, em até 05 (cinco) dias úteis após a homologação da presente licitação, nas condições e prazos estipulados no presente edital, conforme Anexo IV Minuta da Ata de Registro de Preços;

13.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo;

13.3. A vigência da Ata de Registro de Preços de será de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura de forma manual;

13.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estipulado pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas (Art. 81 Lei 8.666/93);

13.5. O disposto no item 13.4 não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.6. A Licitante vencedora poderá optar pelo envio do referido Termo de Registro de Preços, conforme modelo ANEXO V do edital, devidamente preenchido, assinado e datado, no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento da sessão, através do fax n.º (55) 3257 2897 ou pelo e-mail licitacao@saovicentadosul.rs.gov.br, os mesmos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada no prazo de até 03 (três) dias úteis;

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação, serão alocados quando da emissão das notas de empenho.

15. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

15.1. Os gêneros alimentícios abaixo deverão ser entregues semanalmente, conforme as solicitações feitas e até atingir a quantidade final da Nota de Empenho de Despesa, da seguinte forma:





- a) Os hortifruti, em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 45 Kg.
- b) As carnes (moída bovina, em pedaços bovina, coxa/sobrecoxa de frango, peito de frango, charque, salsicha, fígado bovino, linguiça mista e filé de peixe), em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 45 Kg. Estes produtos devem ser inspecionados e ter o registro no SIF ou CISPOA ou SIM.
- c) O queijo e presunto, em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 10 Kg.
- d) A Bebida Láctea e o iogurte, quantidades podendo variar de 10 litros a 150 litros.

15.2. Os gêneros alimentícios abaixo deverão ser entregues diariamente, conforme as solicitações feitas e até atingir a quantidade final da Nota de Empenho de Despesa, da seguinte forma:

- a) Os Pães, em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 40 kg.

15.3. A entrega de gêneros alimentícios perecíveis deverá ser feita no máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do envio da Ordem de Entrega.

15.4. A entrega de gêneros alimentícios não-perecíveis deverá ser feita no máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do envio da Ordem de Entrega.

15.5. As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente ao licitante vencedor.

15.6. Correrá por conta do licitante vencedor, qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e descarregamento. Os produtos deverão ser descarregados e armazenados em local a ser indicado pelo Setor, sem qualquer ônus para o Município.

15.7. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, com as embalagens em perfeito estado.

15.8. Os gêneros alimentícios deverão estar de acordo com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que dispõe sobre alimentos.

15.9. Nas embalagens deverão constar as características (composição do produto), validade, peso, lote e registro do órgão competente. As embalagens internas/primárias (embalagem plástica atóxica – pacote) deverão ser resistentes e funcionais para evitar dano ao conteúdo e conter rótulo de acordo com a legislação vigente.

15.10. No momento da entrega dos gêneros alimentícios perecíveis, os mesmos devem apresentar as características discriminadas anteriormente de um produto fresco e de recente fabricação (quando for o caso). Quando necessário, conforme descrição dos produtos no Anexo I do presente edital, os prazos de fabricação e validade dos produtos deverão estar impressos nas embalagens.

15.11. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade do licitante vencedor, pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de garantia.

15.12. No momento da entrega dos produtos não perecíveis será necessário respeitar a data de validade do produto, sendo que a data da fabricação dos mesmos (constante nas embalagens) não poderá ser superior a 15 (quinze) dias (produto novo). Os prazos de fabricação e validade dos





produtos deverão estar impressos nas embalagens. Será necessário respeitar a data de validade do produto, sendo que não poderá ter validade inferior a 02 (dois) meses no momento da entrega.

15.13. Para os gêneros alimentícios de origem animal (carne moída bovina, carne em pedaços bovina, coxa/sobrecoxa de frango, peito de frango, charque, salsicha, fígado bovino, linguiça mista e filé de peixe), serão exigidos os seguintes documentos, conforme descrição dos produtos no Anexo I do presente edital:

a) Documento comprobatório do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou CISPOA (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal) ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal). O SIM somente será aceito para estabelecimentos localizados no Município de São Vicente do Sul.

b) Cópia autenticada do Alvará de Saúde da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual do estabelecimento.

15.14. Para os demais gêneros alimentícios, serão exigidos os seguintes documentos, conforme descrição dos produtos no Anexo I do presente edital:

a) Cópia autenticada do Alvará de Saúde da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual do estabelecimento.

15.15. A entrega provisória dos gêneros alimentícios, deverá ser feita após a assinatura da Ata de Registro de Preços da presente licitação, e emissão da Nota de Empenho de Despesa nos prazos e locais indicados no item 15 do presente edital, de Segunda a Sexta-Feira no horário de expediente do município, sem ônus de frete para a Administração, para que o responsável pela fiscalização do contrato designado para tal, confira o respectivo produto.

15.16. A entrega definitiva dos gêneros alimentícios, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, desde que em conformidade com a descrição do edital.

15.17. Verificada a não conformidade na entrega dos gêneros alimentícios, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

15.18. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os gêneros alimentícios.

15.19. Os locais de entrega serão determinados em cada Nota de Empenho de Despesa, conforme relação abaixo:

a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL – Rua General João Antônio, nº 1305. Centro;

b) CRECHE CRISTO EDUCADOR – Rua João Manoel, nº 1078. Centro;

c) EMEF EDUARDO LUTZ – Rua Eduardo Lutz, nº 85;

d) EMEF Dr. AYRES CECCONI – Rua Lauro Prestes s/nº, Bairro Lauro Prestes;

e) EMEF COQUEIROS – Rua Clara Lichtenecker, nº 701, Bairro Coqueiros;

f) INSTITUIÇÃO ACOLHIMENTO NOVO LAR – Rua Manoel Cipriano D'Ávila, nº 179. Centro;

g) HOSPITAL SÃO VICENTE – Rua Antônio Gomes, nº 386. Centro;

h) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – Rua 14 de Julho, nº 88. Centro;





- i) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Rua 07 de Setembro, nº 815. Centro;
j) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO – Rua General João Antônio, nº 1305. Centro.

16. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

16.1. A Licitante Vencedora e a Administração Municipal comprometem-se a cumprir as obrigações relacionadas na CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES, constantes na MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO III deste Edital.

17. DAS PENALIDADES

17.1. A vencedora do certame que descumprir qualquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no Artigo 7º da Lei nº 10.520/02, Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, aplicáveis isolada ou conjuntamente;

17.2. De conformidade com o Artigo 86 da Lei nº 8.666/93, a Licitante vencedora, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa não cumprir as obrigações assumidas até o limite máximo de 20 (vinte) dias sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

17.3. Nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a vencedora, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor total homologado;

17.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, por prazo de até 02 (dois) anos;

17.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.4. A multa de que trata o item 17.3.2, deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

17.5. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda o fato no cadastro correspondente;

17.6. Os valores das multas aplicadas previstas nos itens 17.2 e 17.3 poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração;

17.7. Da aplicação das penas definidas nas nos subitens 17.3.1, 17.3.3 e 17.3.4, caberá recurso no





prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local;

17.8. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e o pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor designado para tal, desde que não haja impedimento legal;

18.2. A nota fiscal/fatura, emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do **Órgão Solicitante e o número do Empenho** a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material licitado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

18.3. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento;

Parágrafo Único: Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro;

18.4. O valor registrado será revisado nos seguintes casos:

18.4.1. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos da proposta, quando comprovada sua incidência sobre os valores, para mais ou para menos;

18.4.2. Havendo alteração unilateral da Ata de Registro de Preços que afete seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o Município deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração;

18.4.3. Por requerimento da Licitante Vencedora, sempre que houver acréscimos nos preços dos insumos que compõem o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro;

18.5. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a Licitante Vencedora em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

19.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

19.1.1. Quando a Licitante Vencedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços;

19.1.2. Quando a Licitante Vencedora se recusar a receber as Notas de Empenho de Despesa, sem justificativa aceitável;

19.1.3. Quando a Licitante Vencedora não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

19.1.4. Quando a Licitante Vencedora solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;





19.1.5. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas 19.1.1 e 19.1.4, será formalizado em processo próprio e comunicado por correspondência, com aviso de recebimento, assegurando o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

19.1.6. No caso de se tornar desconhecido o endereço da Licitante Vencedora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

20 - DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A fiscalização da execução do objeto licitado será feita por servidor devidamente designado para tal.

20.2 O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto licitado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

20.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Setor Jurídico Municipal em tempo hábil, para a adoção das medidas e/ou penalidades conforme o presente edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido “in albis”, o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93;

21.2. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura. Se após este prazo não for assinada a ata, a proposta perderá sua vigência;

21.3. As condições e preços acolhidos nas propostas aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital;

21.4. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições;

21.5. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovada ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.6. O resultado desta licitação será lavrado em ata;

21.7. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública;





21.8. No interesse da Administração do Município de São Vicente do Sul, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ser:

21.8.1. Adiada sua abertura;

21.8.2. Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para realização da licitação;

21.9. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo;

21.10. Todas as atas relacionadas a este certame ficarão a disposição dos licitantes para consulta no site www.cidadecompras.com.br, o Município de São Vicente do Sul não se responsabilizará pela inobservância por parte do licitante das informações contidas nas atas disponibilizadas no referido site;

21.11. As dúvidas e inadimplências serão resolvidas no Foro de Justiça de São Vicente do Sul no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade São Vicente do Sul;

21.12. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão solicitados ao pregoeiro, exclusivamente através do endereço Eletrônico: licitacao@saovicentadosul.rs.gov.br ;

21.13. As cópias originais ou autenticadas dos documentos solicitados no item 8 do presente edital, deverão ser remetidos para o seguinte endereço:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL – RS
SETOR DE LICITAÇÕES – PREGÃO Nº 006/2015 – SRP ELETRÔNICO
RUA GENERAL JOÃO ANTÔNIO Nº 1305 - CENTRO CEP 97420.000
SÃO VICENTE DO SUL - RS.**

21.14. Os documentos exigidos para habilitação referidos nos itens 8.1.2 à 8.1.6 do presente edital, poderão ser substituídos pelo CERTCAF - Certificado Cadastral de Fornecedor do Município de São Vicente do Sul, desde que estejam em vigor, complementando se for o caso os vencidos ou não anexados para emissão do mesmo.

22. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

22.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, a ser firmada entre a(s) Licitante(s) Vencedora(s) e o Município os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto licitado:

22.1.1. Greve geral;

22.1.2. Calamidade pública;

22.1.3. Interrupção dos meios de transporte;

22.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e

22.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).





22.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Licitante Vencedora.

22.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 horas após a ocorrência.

22.4. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

23. – SÃO PARTES INTEGRANTES DESTES EDITAIS OS ANEXOS

23.1. ANEXO I - Termo de Referência/Modelo de Proposta;

23.2. ANEXO II - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e de Cumprimento da Legislação Trabalhista de Menores;

23.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

23.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

23.5. ANEXO V - Termo de Registro de Preços.

24. DO FORO:

24.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul - RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da Ata de Registro de Preços dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São Vicente do Sul, 03 de março de 2015.

FERNANDO DA ROSA PAHIM
PREFEITO MUNICIPAL

Este Edital foi examinado e aprovado em ____/____/2015 pela Procuradoria Jurídica Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, uma vez que esta Procuradoria não detém conhecimento técnico sobre o mesmo.

Rosa Maria P. Pedroso
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/RS Nº 82.156





SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA/MODELO PROPOSTA

PREGÃO Nº 006/2015 – SRP ELETRÔNICO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL - RS

A empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, em conformidade com o Edital de nº 013/2015 do Pregão nº 006/2015, confirma a proposta de preço conforme Ata de Registro de Preços do processo administrativo nº 101/2015, a seguir indicada:

Item	Descrição do Objeto	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Abacaxi pérola, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo;	500	Quilo		5,79	2895,00
2	Achocolatado em pó, pacote 400g;	1.520	Pacote		3,38	5137,60
3	Açúcar Cristal Branco, pacote 5Kg;	2.360	Pacote		9,07	21405,20
4	Açúcar Refinado, porções individuais, sachê com 5g, caixa com 1000 unidades;	4	Caixa		21,98	87,92
5	Adoçante em Pó, porções individuais, Sachê com 0,8g, caixa com 1000 unidades;	2	Caixa		27,87	55,74
6	Adoçante, frasco 100 ml;	50	Frasco		2,14	107,00
7	Alface lisa, textura e consistência fresca, peso médio de 250g o pé, tamanho médio, livre de sujidades e com folhas integras;	2.000	Unidade		1,68	3360,00
8	Alho, graúdo, textura e consistência fresca, sem réstia, sem folhas e talos;	200	Quilo		14,28	2856,00
9	Amido de milho, embalagem 500g;	1.010	Pacote		2,75	2777,50
10	Arroz tipo 1 Integral, pacote 1 Kg;	200	Quilo		2,95	590,00
11	Arroz tipo 1, longo fino, pacote 5 Kg;	4.220	Pacote		10,10	42622,00
12	Atum ralado em óleo, lata com peso mínimo de 170 g, com óleo comestível e sal;	200	Lata		3,80	760,00
13	Aveia em flocos finos, pacote 500g;	500	Pacote		2,79	1395,00
14	Banana Caturra - fruta de tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade; coloração uniforme apresentando grau de maturação que resista ao transporte;	4.000	Quilo		2,00	8000,00
15	Batata Palha Tradicional, pacote com no mínimo 140 g;	200	Pacote		4,78	956,00
16	Batata-doce, branca, íntegra, sem brotos, textura e consistência fresca, sem sujeiras e folhas;	1.000	Quilo		3,11	3110,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL-RS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015 - EDITAL Nº 013/2015
PREGÃO Nº 006/2015 – SRP ELETRÔNICO

17	Batata-Inglesa, branca, íntegra, sem brotos, textura e consistência fresca, sem sujeiras e folhas;	2.500	Quilo		2,90	7250,00
18	Bebida de soja (“leite de soja”), sem lactose, caixa com 1 litro, com validade mínima de 4 meses na data de entrega;	400	Litro		3,59	1436,00
19	Bebida Láctea Fermentada com polpa de frutas – sabores: morango, coco e pêssego (embalagem de 1 litro). Produto inspecionado. Com data de validade mínima de 15 dias a contar da data de entrega;	5.150	Litro		2,90	14935,00
20	Beterraba, tamanho médio, íntegra, textura e consistência fresca, sem sujeiras, folhas e talos;	1.000	Quilo		3,20	3200,00
21	Bolacha doce tipo Maria, pacote 400g com protetor interno;	2.000	Pacote		3,20	6400,00
22	Bolacha doce tipo Rosquinha Sabor Chocolate, pacote 400g;	3.020	Pacote		3,08	9301,60
23	Bolacha doce tipo Rosquinha Sabor Coco, pacote 400g;	3.020	Pacote		3,30	9966,00
24	Bolacha doce tipo Sortida, pacote 400g;	3.530	Pacote		3,25	11472,50
25	Bolacha salgada tipo Água e Sal, pacote 400g com protetor interno;	3.590	Pacote		3,64	13067,60
26	Bolacha salgada tipo Integral, pacote 400g com protetor interno;	800	Pacote		3,87	3096,00
27	Brócolis, cabeças de boa textura e grande número de ramificações laterais, coloração verde brilhante;	300	Quilo		4,15	1245,00
28	Café em pó torrado e moído tradicional ou extraforte, caixa com 500g, embalado a vácuo, com selo de pureza ABIC;	806	Caixa		8,84	7125,04
29	Café tradicional solúvel granulado, com 200 gramas, com selo de pureza ABIC;	866	Unidade		9,49	8218,34
30	Canela em pó, pote com no mínimo 25g;	150	Pacote		1,97	295,50
31	Canjica de milho amarela ou branca, pacote 500g;	500	Pacote		1,65	825,00
32	Carne bovina em pedaços (sem osso) in natura de 2ª (Kg) resfriada ou congelada, corte tipo acém e paleta, máximo 5% de gordura;	6.000	Quilo		16,05	96300,00
33	Carne bovina moída in natura de 2ª, resfriada ou congelada, máximo 5% de gordura, sem coágulo sanguíneo e cartilagens;	6.000	Quilo		15,95	95700,00
34	Carne de Charque de primeira qualidade, magra, sem aparas, contendo no máximo 5% de gordura igualmente distribuída;	250	Quilo		24,45	6112,50
35	Cebola, sem réstia, seca, tamanho médio, com casca sã, íntegra, textura e consistência fresca, sem sujeiras;	2.503	Quilo		3,30	8259,90
36	Cenoura, tamanho médio, firme, íntegra, textura e consistência fresca, sem sujeiras, folhas e talos;	1.500	Quilo		3,24	4860,00
37	Cereal matinal de milho com açúcar, pacote 200g;	500	Pacote		4,04	2020,00
38	Chá camomila, cx com no mínimo 10 saquinhos;	250	Caixa		2,11	527,50
39	Chá maçã, cx com no mínimo 10 saquinhos;	600	Caixa		2,79	1674,00
40	Chá morango, cx com no mínimo 10 saquinhos;	500	Caixa		3,35	1675,00
41	Chá preto, cx com no mínimo 10 saquinhos;	600	Caixa		2,19	1314,00
42	Chuchu, cor verde, tamanho e coloração uniforme, firme, íntegro, textura e consistência fresca, livre de sujeiras;	800	Quilo		4,50	3600,00
43	Colorau, pacote 500g;	350	Pacote		4,25	1487,50





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL-RS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015 - EDITAL Nº 013/2015
PREGÃO Nº 006/2015 – SRP ELETRÔNICO

44	Couve-flor, fresca, graúda, sem manchas escuras ou amareladas;	300	Quilo		2,05	615,00
45	Coxa e Sobrecoxa de Frango, Sem Dorso e Sem Tempero (congeladas), embalagem com rótulo indicando data de validade e peso;	8.000	Quilo		6,95	55600,00
46	Cravo da Índia, pacote com no mínimo 8g;	200	Pacote		2,68	536,00
47	Creme de Leite, caixa 200 g;	500	Caixa		1,50	750,00
48	Doce de frutas, sabores: figo, uva, goiaba, morango, abóbora e pêssego, pacote 400g;	415	Pote		2,94	1220,10
49	Doce de frutas, sabores: figo, uva, goiaba, morango, abóbora e pêssego, pacote 1Kg;	600	Quilo		7,17	4302,00
50	Doce de leite cremoso em pote plástico com 1 kg, podendo ser conservado fora da refrigeração antes de aberta a embalagem, prazo de validade mínimo de 06 meses a contar da data de entrega do produto;	800	Quilo		5,92	4736,00
51	Erva-doce, pacote com no mínimo 40g;	100	Pacote		3,39	339,00
52	Ervilha em conserva, lata com peso líquido 3 Kg e peso drenado 2 Kg;	250	Lata		9,92	2480,00
53	Ervilha em conserva, lata com peso líquido 300g e peso drenado 200 g;	800	Lata		1,30	1040,00
54	Extrato de tomate concentrado, lata 350g;	3.010	Lata		2,17	6531,70
55	Farinha de mandioca T1, pacote 500g;	150	Pacote		1,63	244,50
56	Farinha de milho média, pacote 1 kg;	1.230	Pacote		1,60	1968,00
57	Farinha de rosca T1, pacote 500g;	150	Pacote		2,86	429,00
58	Farinha de trigo branca, especial T1 enriquecida com ferro e ácido fólico, pacote 1Kg;	500	Pacote		2,02	1010,00
59	Farinha de trigo branca, especial T1 enriquecida com ferro e ácido fólico, pacote 5Kg;	860	Pacote		8,42	7241,20
60	Feijão preto tipo 1, grupo I, comum, pacote 1Kg;	3.580	Quilo		4,09	14642,20
61	Fermento biológico seco, pacote 500g;	50	Pacote		11,32	566,00
62	Fermento em pó químico, embalagem 100g;	500	Unidade		2,27	1135,00
63	Fígado bovino, resfriado, de primeira qualidade, com rótulo indicando data de validade e peso;	150	Quilo		7,13	1069,50
64	Filé de peixe congelado, sem espinhas, sem gordura, com data de fabricação e validade mínima de 4 meses na data da entrega, em embalagem adequada;	300	Quilo		13,99	4197,00
65	Flocos de Milho pré-cozido/Polenta Instantânea, pacote 500g, validade mínima de 3 meses na data de entrega;	1.500	Pacote		2,60	3900,00
66	Geléia de Frutas Diet, porções individuais, sachê de 15gr, sabores diversos: uva, goiaba, maçã, laranja, morango e pêssego, caixa com no mínimo 140 unidades;	10	Caixa		51,42	514,20
67	Geléia de Frutas Normal, porções individuais, sachê de 15gr, sabores diversos: uva, goiaba, maçã, laranja, morango e pêssego, caixa com no mínimo 140 unidades;	25	Caixa		29,41	735,25
68	Iogurte com polpa de frutas, sabores: morango, coco e pêssego, produto inspecionado, com data de validade mínima de 40 dias a contar da data de entrega;	1.000	Litro		6,80	6800,00
69	Laranja para suco, tamanho médio, madura;	1.000	Quilo		2,15	2150,00
70	Leite Condensado, em caixa com 395g, multilaminada e cartonada;	600	Caixa		2,82	1692,00
71	Leite em pó integral, instantâneo, embalagem aluminizada	1.500	Quilo		16,00	24000,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL-RS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015 - EDITAL Nº 013/2015
PREGÃO Nº 006/2015 – SRP ELETRÔNICO

	de 1 KG, valor calórico total mínimo 490 kcal/100 gramas, com registro do produto do ministério da Agricultura e SIF, com data de fabricação e prazo de validade não inferior a 6 meses a contar da entrega, e com instruções de preparo e conservação;					
72	Leite Ultra-Pasteurizado UHT desnatado, caixa de 1 litro, com validade de no mínimo 03 meses a contar da data de entrega;	1.550	Caixa		2,79	4324,50
73	Leite Ultra-Pasteurizado UHT integral, caixa de 1 litro, com validade de no mínimo 03 meses a contar da data de entrega;	19.800	Caixa		1,99	39402,00
74	Lentilha T1, pacote 500g;	300	Pacote		3,44	1032,00
75	Linguiça mista de carne suína e bovina, resfriada, tipo salsichão contendo somente carne suína e bovina, não amolecida, nem pegajosa, sem manchas esverdeadas, cor, cheiro e sabor próprios;	300	Quilo		13,95	4185,00
76	Maçã Nacional, de tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade; coloração uniforme apresentando grau de maturação que resista ao transporte;	2.500	Quilo		3,78	9450,00
77	Maionese tradicional, unidade com 500g, isenta de gordura trans.;	150	Unidade		4,99	748,50
78	Mamão Formosa, fruta de tamanho médio, com características íntegras e de boa qualidade; coloração uniforme apresentando grau de maturação;	1.000	Quilo		3,83	3830,00
79	Mandioca com casca inteira, raízes medianas, firme, isenta de umidade, sujeiras;	800	Quilo		3,10	2480,00
80	Mandioca descascada, congelada, embalada a vácuo, hermeticamente fechada;	250	Quilo		2,79	697,50
81	Margarina Com Sal, porções individuais, sachê de 10gr, caixa com no mínimo 192 unidades;	20	Caixa		42,30	846,00
82	Margarina Sem Sal, porções individuais, sachê de 10gr, caixa com no mínimo 192 saches.	10	Caixa		41,92	419,20
83	Margarina vegetal extra-cremosa com sal, isenta de gordura trans, rotulagem nutricional obrigatória, pote 500g;	812	Pote		3,66	2971,92
84	Margarina vegetal-cremosa sem sal, isenta de gordura trans, rotulagem nutricional obrigatória, pote de 500g;	50	Pote		3,67	183,50
85	Massa alimentícia com ovos, tipo espaguete, pacote com 500g;	4.800	Pacote		2,69	12912,00
86	Massa alimentícia com ovos, tipo parafuso, pacote com 500g;	2.000	Pacote		2,24	4480,00
87	Massa para Pastel, disco grande, validade mínima de 30 dias, pacote com 500g;	400	Pacote		3,76	1504,00
88	Massa para Pastel, disco lanche médio, validade mínima de 30 dias, pacote com 500g;	500	Pacote		3,76	1880,00
89	Massa úmida para lasanha, pacote de 500 gr;	400	Pacote		4,71	1884,00
90	Milho para pipoca, classe amarela, tipo 1, pacote com 500 g;	160	Pacote		1,70	272,00
91	Milho-verde em conserva lata com peso líquido 300g e peso drenado 200 g;	1.000	Lata		1,38	1380,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL-RS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015 - EDITAL Nº 013/2015
PREGÃO Nº 006/2015 – SRP ELETRÔNICO

92	Milho-verde em conserva, lata com peso líquido 3 Kg e peso drenado 2 Kg;	250	Lata		11,93	2982,50
93	Moranga Cabotia, tamanho médio, c/casca sã, sem rupturas;	1.000	Quilo		2,67	2670,00
94	Noz-moscada moída, pote com no mínimo 20g;	25	Pote		3,94	98,50
95	Óleo de Girassol, unidade com 900ml;	30	Unidade		5,43	162,90
96	Óleo de Soja, unidade com 900ml;	3.723	Unidade		3,27	12174,21
97	Orégano, pacote com no mínimo 50g;	200	Pacote		2,89	578,00
98	Ovos Vermelhos, tamanho médio, acondicionados em cartelas com data de classificação;	800	Dúzia		3,95	3160,00
99	Pão de Leite tipo Sanduíche. Rotulagem nutricional obrigatória, pacote com no mínimo 450 g;	1.500	Pacote		5,65	8475,00
100	Pão Doce tipo cachorro-quente (unidade 60g) – KG. Com rótulo indicando data de validade e peso;	3.540	Quilo		10,70	37878,00
101	Pão Francês (tipo cacetinho) – (unidade 50g) – KG. Com rótulo indicando data de validade e peso;	800	Quilo		7,70	6160,00
102	Pão Integral Fatiado. Rotulagem nutricional obrigatória, pacote com no mínimo 400 g;	800	Pacote		6,60	5280,00
103	Peito de Frango, Sem Tempero (congelado, embalagem com rótulo indicando data de validade e peso, com registro de inspeção no SIF ou CISPOA ou SIM;	500	Quilo		8,15	4075,00
104	Pimentão Verde, textura e consistência fresca, tamanho médio;	200	Quilo		4,57	914,00
105	Pó para gelatina comum, cx. com no mínimo 30g, sabores: morango, cereja, pêssigo, limão, abacaxi e uva;	1.500	Caixa		0,93	1395,00
106	Pó para gelatina Diet, cx. com no mínimo 12g, sabores: morango, cereja, pêssigo, limão, abacaxi e uva;	300	Caixa		1,53	459,00
107	Pó para preparo de pudim Diet, cx com no mínimo 25g, sabores: coco, caramelo, chocolate, baunilha e morango;	150	Caixa		2,32	348,00
108	Pó para preparo de pudim, cx com no mínimo 50g, sabores: coco, caramelo, chocolate, baunilha e morango;	1.500	Caixa		1,59	2385,00
109	Presunto fatiado, com rótulo indicando data de validade e peso;	310	Quilo		21,45	6649,50
110	Queijo "petit suisse" com polpa de morango, bandeja com 8 unidades e peso mínimo de 360 g;	500	Embalagem		4,94	2470,00
111	Queijo tipo lanche fatiado, com rótulo indicando data de validade e peso;	510	Quilo		19,45	9919,50
112	Repolho verde, textura e consistência de vegetal fresco;	1.000	Quilo		2,76	2760,00
113	Sagu T1, pacote 500g;	400	Pacote		3,49	1396,00
114	Sal moído iodado, pacote 1Kg;	803	Quilo		1,19	955,57
115	Salsicha a granel, com registro de inspeção no SIF ou CISPOA;	1.015	Quilo		11,54	11713,10
116	Sardinha com óleo, lata com peso líquido mínimo de 125g, acondicionado em óleo vegetal comestível, latas integras, com selo do Ministério da Agricultura;	500	Lata		2,76	1380,00
117	Suco concentrado 100% puro e natural, sabores: abacaxi, laranja e uva, sem aroma ou corante artificial, embalagem de 1 litro, com diluição mínima de 1 x 6 (litro de suco	2.000	Litro		8,48	16960,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL-RS
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015 - EDITAL Nº 013/2015
PREGÃO Nº 006/2015 – SRP ELETRÔNICO

	concentrado para 6 litros de água);					
118	Suco concentrado e natural, sabores: laranja e uva, integral, sem adição de água, de conservantes e de açúcar, unidade com 200 ml;	1.500	Unidade		3,48	5220,00
119	Suco de uva tinto integral, isento de aditivos químicos, com registro no Ministério da Agricultura, embalagem de 2 litros, rótulo de identificação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega;	3.500	Litro		6,45	22575,00
120	Suco em pó, sabores: morango, abacaxi, pêsego, limão, uva ou laranja, pacote com 1Kg (rendimento mínimo de 10 litros);	1.010	Quilo		6,88	6948,80
121	Suco integral e concentrado, unidade com 500 ml, sabores: abacaxi, laranja e uva, 1 parte de suco para no mínimo 4 partes de água (rendendo no mínimo 2,5 Litros);	3.000	Unidade		5,49	16470,00
122	Tempero-verde (salsa e cebolinha) fresco, livre de sujidades, íntegro;	300	Quilo		5,33	1599,00
123	Tomate Gaúcho grau médio de amadurecimento, tamanho médio, c/casca sã, sem rupturas;	3.006	Quilo		5,73	17224,38
124	Vinagre de vinho tinto; frasco 750ml;	350	Frasco		2,45	857,50

1. Todos os gêneros alimentícios descritos nesta proposta de preços, serão entregues no prazo e condições indicadas do edital 013/2015 do Pregão nº 006/2015;

2. A validade desta Proposta é de ____ (_____) dias. (no mínimo 60 dias)

3. Dados do representante da empresa: Responsável: _____
Fone/fax: _____ / _____

4. Dados Bancários para crédito de empenhos: Banco _____
Agência _____ Conta Corrente _____

_____, ____ de _____ de 2015.

CARIMBO E ASSINATURA DA EMPRESA





**SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

ANEXO II

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES.

A Empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____/_____-____sediada na cidade de _____ Estado _____ à rua _____, nº _____ bairro _____, CEP _____-_____, Fone: _____, Fax _____, declara sob as penas da lei, que até presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação no presente processo licitatório, *ciente* da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, e que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 anos em horários noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubre, não possuindo ainda qualquer trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de acordo com artigo 7º da CF de 1988, acrescentado pela EC 20/1998 e regulamentada também pela CLT, Artigos 80, 192, 402, 446 e 792, e que tomou conhecimento de todas as informações necessárias a perfeita execução do objeto da presente licitação.

_____, _____ de _____ 2015

CPF do Declarante

Nome do Declarante

Nº Cédula de Identidade:

Assinatura do Declarante





PROCESSO ADMINISTRATIVO N 101/2015
SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO Nº 006/2015 - PRESENCIAL
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2015.

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, o PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL - RS, Sr. FERNANDO DA ROSA PAHIM, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 31 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão nº 006/2015 para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do Pregoeiro e a equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 003/2015, homologado em ____/____/2015, e publicado no _____, em ____/____/2015, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com proposta mais vantajosa, por item, observadas as condições do Edital nº 013/2015 que rege o pregão acima indicado, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem:

(Nome da Empresa) com sede na _____, representada neste ato por seu representante legal, Sr _____, portador da célula de identidade RG nº. _____, e CPF nº. _____;

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A Ata de Registro de Preços tem por objetivo o registro de preços dos produtos especificados abaixo e conforme o Anexo I do edital nº 013/2015 do Pregão nº 006/2015, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante:

Item	Descrição do Produto	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

1.2. A quantidade de gêneros alimentícios registrados foi estimada para consumo em um período de 12 (doze) meses, por isto, a Empresa Registrada compromete-se a fornecê-los de forma parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda do Município.

1.3. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e do art. 5º do Decreto Municipal nº 103/2006, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada à Empresa Registrada preferência em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.





CLÁUSULA TERCEIRA: DO CONTRATO

3.1. Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebrados contratos específicos com as empresas, com posteriores solicitações conforme disposto nos subitens 5.1. a 5.20 desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS

4.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias na presente Ata de Registro de Preços, constam do “Termo de Homologação do Pregão nº 006/2015”, disponível no site www.cidadecompras.com.br.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. As solicitações de fornecimento à Empresa Contratada por parte das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito serão feitas através de Notas de Empenho de Despesa.

5.2. As Notas de Empenho de Despesa poderão ser entregues diretamente na empresa contratada ou encaminhadas por meios eletrônicos.

5.3. Os gêneros alimentícios abaixo deverão ser entregues semanalmente, conforme as solicitações feitas e até atingir a quantidade final da Nota de Empenho de Despesa, da seguinte forma:

- a) Os hortifrutis, em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 45 Kg.
- b) As carnes (moída bovina, em pedaços bovina, coxa/sobrecoxa de frango, peito de frango, charque, salsicha, fígado bovino, linguiça mista e filé de peixe), em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 45 Kg. Estes produtos devem ser inspecionados e ter o registro no SIF ou CISPOA ou SIM.
- c) O queijo e presunto, em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 10 Kg.
- d) A Bebida Láctea e o iogurte, quantidades podendo variar de 10 litros a 150 litros.

5.4. Os gêneros alimentícios abaixo deverão ser entregues diariamente, conforme as solicitações feitas e até atingir a quantidade final da Nota de Empenho de Despesa, da seguinte forma:

- a) Os Pães, em embalagens plásticas resistentes e os pesos podem variar de 01 Kg a 40 kg.

5.5. A entrega de gêneros alimentícios perecíveis deverá ser feita no máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do envio da Ordem de Entrega.

5.6. A entrega de gêneros alimentícios não-perecíveis deverá ser feita no máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do envio da Ordem de Entrega.

5.7. Correrá por conta da Empresa registrada, qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e descarregamento. Os produtos deverão ser descarregados e armazenados em local a ser indicado pelo Setor, sem qualquer ônus para o Município.





5.8. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, com as embalagens em perfeito estado.

5.9. Os gêneros alimentícios deverão estar de acordo com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que dispõe sobre alimentos.

5.10. Nas embalagens deverão constar as características (composição do produto), validade, peso, lote e registro do órgão competente. As embalagens internas/primárias (embalagem plástica atóxica – pacote) deverão ser resistentes e funcionais para evitar dano ao conteúdo e conter rótulo de acordo com a legislação vigente.

5.11. No momento da entrega dos gêneros alimentícios perecíveis, os mesmos devem apresentar as características discriminadas anteriormente de um produto fresco e de recente fabricação (quando for o caso). Quando necessário, conforme descrição dos produtos no Anexo I do edital nº 013/2015, os prazos de fabricação e validade dos produtos deverão estar impressos nas embalagens.

5.12. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Empresa Registrada, pelo perfeito desempenho do objeto registrado nesta Ata, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de garantia.

5.13. No momento da entrega dos produtos não perecíveis será necessário respeitar a data de validade do produto, sendo que a data da fabricação dos mesmos (constante nas embalagens) não poderá ser superior a 15 (quinze) dias (produto novo). Os prazos de fabricação e validade dos produtos deverão estar impressos nas embalagens. Será necessário respeitar a data de validade do produto, sendo que não poderá ter validade inferior a 02 (dois) meses no momento da entrega.

5.14. Para os gêneros alimentícios de origem animal (carne moída bovina, carne em pedaços bovina, coxa/sobrecoxa de frango, peito de frango, charque, salsicha, fígado bovino, linguiça mista e filé de peixe), serão exigidos os seguintes documentos, conforme descrição dos produtos no Anexo I do presente edital:

a) Documento comprobatório do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou CISPOA (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal) ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal). O SIM somente será aceito para estabelecimentos localizados no Município de São Vicente do Sul.

b) Cópia autenticada do Alvará de Saúde da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual do estabelecimento.

5.15. Para os demais gêneros alimentícios, serão exigidos os seguintes documentos, conforme descrição dos produtos no Anexo I do presente edital:

a) Cópia autenticada do Alvará de Saúde da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual do estabelecimento.

5.16. A entrega provisória dos gêneros alimentícios deverá ser feita após a emissão da Nota de Empenho de Despesa nos prazos no item 5.5 e 5.6 da presente Ata, de Segunda a Sexta-Feira no horário de expediente do município, sem ônus de frete para a Administração, para que o





responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços designado para tal, confira o respectivo produto.

5.17. A entrega definitiva dos gêneros alimentícios, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, desde que em conformidade com a descrição do edital nº 013/2015.

5.18. Verificada a não conformidade na entrega dos gêneros alimentícios, a Empresa Registrada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

5.19 A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os gêneros alimentícios.

5.20. Os locais de entrega serão determinados em cada Nota de Empenho de Despesa, conforme relação abaixo:

- a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL – Rua General João Antônio, nº 1305. Centro;
- b) CRECHE CRISTO EDUCADOR – Rua João Manoel, nº 1078. Centro;
- c) EMEF EDUARDO LUTZ – Rua Eduardo Lutz, nº 85;
- d) EMEF Dr. AYRES CECCONI – Rua Lauro Prestes s/nº, Bairro Lauro Prestes;
- e) EMEF COQUEIROS – Rua Clara Lichtenecker, nº 701, Bairro Coqueiros;
- f) INSTITUIÇÃO ACOLHIMENTO NOVO LAR – Rua Manoel Cipriano D’Ávila, nº 179. Centro;
- g) HOSPITAL SÃO VICENTE – Rua Antônio Gomes, nº 386. Centro;
- h) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – Rua 14 de Julho, nº 88. Centro;
- i) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Rua 07 de Setembro, nº 815. Centro;
- j) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO – Rua General João Antônio, nº 1305. Centro.

CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão das notas de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Quando a Empresa Registrada não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;

7.1.2. Quando a Empresa Registrada se recusar a receber as Notas de Empenho de Despesa, sem justificativa aceitável;

7.1.3. Quando a Empresa Registrada não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;





7.1.4. Quando a Empresa Registrada solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

7.1.5. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas 7.1.1 e 7.1.4, será formalizado em processo próprio e comunicado por correspondência, com aviso de recebimento, assegurando o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.1.6. No caso de se tornar desconhecido o endereço a Empresa Registrada, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

CLÁUSULA OITAVA DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor designado para tal, desde que não haja impedimento legal;

8.2. A nota fiscal/fatura, emitida pela Empresa Registrada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do **Órgão Solicitante e o número do Empenho** a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material licitado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

8.3. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento;

Parágrafo Único: Sempre que forem atendidas as condições da Ata de Registro de Preços, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro;

8.4. O valor registrado será revisado nos seguintes casos:

8.4.1. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos do preço registrado, quando comprovada sua incidência sobre os valores, para mais ou para menos;

8.4.2. Havendo alteração unilateral da Ata de Registro de Preços que afete seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o Município deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração;

8.4.3. Por requerimento da Empresa Registrada, sempre que houver acréscimos nos preços dos insumos que compõem o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a Empresa Registrada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA NONA: DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Constituem direitos do Município, receber o objeto registrado nas condições avençadas e da Empresa Registrada de perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados;

9.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

9.2.1. Efetuar o pagamento ajustado;

9.2.2. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;





9.2.3. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas da Ata de Registro de Preços;

9.2.4. Notificar, por escrito quando necessário, à empresa registrada na aplicação de qualquer sanção.

9.3. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA:

9.3.1. Entregar o material de acordo com as especificações, quantidades e prazos da presente Ata;

9.3.2. Manter durante a execução da Ata, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

9.3.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução da Ata;

9.3.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, com exclusividade, a qualquer dano que venha a provocar a terceiros ou ao Município, em decorrência da execução da Ata;

9.3.5. Aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta Ata, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1. A recusa pela empresa registrada nesta Ata na entrega do produto registrado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total valor total que lhe foi homologado.

10.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para entrega do produto registrado, acarretará a multa de 0,50 (zero vírgula cinquenta por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi homologado.

10.3. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a empresa registrada nesta Ata à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, a empresa registrada nesta Ata, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

10.4.1. Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

10.4.2. Comportamento inidôneo;

10.4.3. Cometimento de fraude fiscal;

10.4.4. Fraudar a execução da ata de registro de preços;

10.5. Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada nesta Ata, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

10.6. As penalidades serão registradas no cadastro do Município, quando for o caso.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a empresa registrada nesta Ata em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, a sua execução será acompanhada e fiscalizada por representante do Município especialmente designado para tal.

11.2 O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Setor Jurídico Municipal em tempo hábil, para a adoção das medidas e/ou penalidades indicadas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

12.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto desta Ata:

12.1.1. Greve geral;

12.1.2. Calamidade pública;

12.1.3. Interrupção dos meios de transporte;

12.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas: e

12.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

12.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa registrada nesta Ata.

12.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

12.3.1. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. Para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o Foro de São Vicente do Sul - RS, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.





E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor FERNANDO DA ROSA PAHIM, representando o Município de São Vicente do Sul – RS, e o Sr(a) _____, célula de identidade nº. _____, e CPF nº. _____ representando a (s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S) _____, tendo como testemunhas o _____ e o _____, a todo o ato presentes.

São Vicente do Sul, ____ de _____ de 2015.

Representante do Município

Representante da Empresa

TESTEMUNHAS 1: _____
2: _____

Esta minuta de Ata de Registro de Preços foi examinada e aprovada em ____/____/2015 pela Procuradoria Jurídica Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, uma vez que esta Procuradoria não detém conhecimento técnico sobre o mesmo.

Rosa Maria P. Pedroso
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/RS Nº 82.156





**SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____, CNPJ Nº _____, é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos, declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do presente certame.

_____, ____ de _____ 2015.

Contador da Empresa

Proprietário da Empresa





SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO V

TERMO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente, a Empresa _____, CNPJ _____, estabelecida na Rua _____, nº _____ CEP _____ - _____, na cidade de _____, concorda plenamente com os Termos constantes da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão nº 006/2015.

_____, de _____ 2015.

Assinatura

